

A Geografia na Contemporaneidade 3

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

A Geografia na Contemporaneidade 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	A geografia na contemporaneidade 3 [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Geografia na Contemporaneidade; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-439-9 DOI 10.22533/at.ed.399190307 1. Geografia – Educação. 2. Geografia humana. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. II. Série. CDD 910
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a A Geografia na Contemporaneidade (Volume 3), cuja diversidade regional, teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de quinze capítulos de todas as regiões brasileiras, com a contribuição de professores e pesquisadores oriundos de diferentes instituições da Educação Básica e Superior, bem como de centros de estudos e pesquisas.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir dos seguintes enfoques temáticos: o primeiro versa sobre os dilemas, conflitos, convergências e possibilidades para compreender o campo brasileiro e suas conceituações e contradições vigentes, as quais estão materializadas nos sete primeiros capítulos da Coletânea. O segundo retrata alguns panoramas sobre o Ensino de Geografia, a formação de professores e uma breve leitura sobre às bases do pensamento geográfico brasileiro.

Na sequência as contribuições tratam dos estudos das redes, políticas públicas relacionadas às obras viárias, geoturismo, patrimônio geológico-geomorfológico e os estudos climatológicos aplicados ao conhecimento geográfico e socioambiental.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
GEOGRAFIA AGRÁRIA E QUESTÃO AGRÁRIA NO CINEMA: ALGUMAS INDICAÇÕES PARA AS AULAS DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.3991903071	
CAPÍTULO 2	16
QUEM TE DARÁ A TERRA SE NÃO FOREM TUAS MÃOS: PROJETO DE ASSENTAMENTO CHICO MENDES I (PRESIDENTE MÉDICI-RONDÔNIA)	
Tânia Olinda Lima	
Denes Luís Reis Pedrosa	
Rogério Nogueira de Mesquita	
Claudia Cleomar Ximenes	
Danúbia Zanotelli Soares	
DOI 10.22533/at.ed.3991903072	
CAPÍTULO 3	33
VENDA DO ZÉ MAJOR: ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA CAMPONESA DA PEDRA LISA	
Geslayne Dias da Silva	
Raoni Ribeiro Guedes Fonseca Costa	
Edevaldo Aparecido Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3991903073	
CAPÍTULO 4	45
MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO COMO ALTERNATIVA DE SUSTENTABILIDADE: O CASO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES EM NOVA UNIÃO, RONDÔNIA	
Lucas Ramos de Matos	
DOI 10.22533/at.ed.3991903074	
CAPÍTULO 5	58
AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E OS REFLEXOS AMBIENTAIS NA PAISAGEM RURAL PARANAENSE	
Sergio Fajardo	
DOI 10.22533/at.ed.3991903075	
CAPÍTULO 6	66
ABORDAGEM TERRITORIAL, GÊNERO E GEOGRAFIA	
Daiane Carla Bordulis	
Márcio Freitas Eduardo	
DOI 10.22533/at.ed.3991903076	
CAPÍTULO 7	79
EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: A CONTRADIÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA, NA ESCOLA ESTADUAL DOM BOSCO – DOURADOS (MS)	
Crislaine Souza Almeida	
Silvana de Abreu	
DOI 10.22533/at.ed.3991903077	

CAPÍTULO 8	91
O TRABALHO DE CAMPO COMO RECURSO DE ENSINO EM GEOGRAFIA	
Márcio Estrela de Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.3991903078	
CAPÍTULO 9	106
ITINERÁRIOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA: POSSIBILIDADE FORMATIVA	
Diêgo Souza Albuquerque	
Luiz Eduardo do Nascimento Neto	
Mariana Priscila de Assis	
DOI 10.22533/at.ed.3991903079	
CAPÍTULO 10	121
INTRODUÇÃO ÀS BASES DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO	
Darlan Fabiane	
DOI 10.22533/at.ed.39919030710	
CAPÍTULO 11	129
O ESTUDO DAS REDES COMO POSSIBILIDADE DE COMPREENSÃO ESPACIAL	
Lucas Ponte Mesquita	
Juçara Spinelli	
DOI 10.22533/at.ed.39919030711	
CAPÍTULO 12	146
ESTADO, MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO TRECHO LESTE DO RODOANEL MÁRIO COVAS NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES-SP	
Fellipe de Oliveira Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.39919030712	
CAPÍTULO 13	154
MESTRE ÁLVARO E O GEOTURISMO	
Gustavo Henrique Teixeira da Silva	
Jane Dias	
Luiza Leonardi Bricalli	
DOI 10.22533/at.ed.39919030713	
CAPÍTULO 14	162
A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO GEOLÓGICO-GEOMORFOLÓGICO NO PROCESSO LEGISLATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO: DÉCADAS DE 1950 A 2000	
Any Marise Ortega	
Alex Ubiratan Goossens Peloggia	
DOI 10.22533/at.ed.39919030714	
CAPÍTULO 15	177
A CLIMATOLOGIA APLICADA AO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO E SOCIOAMBIENTAL	
Reinaldo Pacheco dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.39919030715	
SOBRE O ORGANIZADOR	190

ABORDAGEM TERRITORIAL, GÊNERO E GEOGRAFIA

Daiane Carla Bordulis

Universidade Estadual do Oeste do Paraná-
Unioeste

Francisco Beltrão, Paraná

Márcio Freitas Eduardo

Universidade Federal da Fronteira Sul- UFFS
Campus

Erechim, Rio Grande do Sul

demonstrate, briefly, how we use elements of the geographic territorial approach to seize gender issues, involving rural-urban migration by rural youth. The discussion is based on research results, developed between 2016 and 2017, together with a group of young women from family farming establishments who currently live in urban contexts and study in undergraduate courses at UFFS, Erechim/RS, campus.

KEYWORDS: territory; rural women; migration.

RESUMO: O objetivo do capítulo consiste em demonstrar, sucintamente, como utilizamos elementos da abordagem territorial geográfica para apreensão das questões de gênero, envolvendo a migração campo-cidade por parte das jovens rurais. Para tanto, a discussão está apoiada em resultados de pesquisa, desenvolvida entre os anos de 2016 e de 2017, junto a um público de mulheres jovens, oriundas de estabelecimentos da agricultura familiar, as quais atualmente residem em contextos urbanos e encontram-se matriculadas em cursos de licenciatura da UFFS, campus Erechim/RS.

PALAVRAS-CHAVE: Território; Mulheres rurais; Migração.

APPROACH TO TERRITORY, GENDER AND GEOGRAPHY

ABSTRACT: the purpose of the chapter is to

1 | INTRODUÇÃO

A ciência geográfica brasileira, progressivamente, tem se tornado mais aberta ao acolhimento de novas demandas e agendas de pesquisa. Dentre elas, com maior visibilidade nos últimos anos, salientamos a projeção dos estudos que denotam a importância de abordar a faceta espacial inerente às questões de gênero.

A contribuição da Geografia para a reflexão/ação no âmbito das questões de gênero está circunscrito, de modo geral, na defesa de que o espaço geográfico é uma “dimensão” essencial para a produção/reprodução das desigualdades sociais, no caso específico, das desigualdades de gênero. Através do arcabouço teórico-metodológico da Geografia, é possível identificar tais processos, concomitantemente,

sociais e espaciais, geradores de desigualdades, colocando-os em evidência, e mapear seus contornos para o estabelecimento da crítica e das ações insurgentes.

Os aspectos teórico-metodológicos contidos nesta pesquisa diz respeito a resultados alcançados em um trabalho de conclusão de curso de graduação em Geografia (UFFS, campus Erechim/RS), finalizada no ano de 2017 (BORDULIS, 2017). Na referida pesquisa fora estudado o tema do gênero na Geografia através de uma delimitação teórico-metodológica da abordagem territorial: eis nossa contribuição central. Como propósito geral, a mencionada pesquisa procurou identificar e apreender as questões de gênero atreladas ao movimento migratório campo-cidade por parte das jovens matriculadas nos cursos de licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim/RS. Para tanto, nos semestres 2016/1 e 2017/01, foram aplicados questionários contendo questões fechadas e perguntas abertas, para um total de 21 discentes (representando 100% do público com o perfil requerido) que cursavam a fase intermediária (5º fase) de seus respectivos cursos de graduação, a saber: Ciências Sociais, Geografia, Filosofia, História e Pedagogia.

As dificuldades econômicas, a carência de infraestruturas (circulação, comunicação e lazer) e as questões de opressão de gênero foram os principais motivos apontados como fatores repulsivos rurais no estudo que realizamos. Os fatores atrativos urbanos estiveram associados ao acesso a recursos (materiais, financeiros e cognitivos) que propiciassem/propiciarão, às jovens, mudanças qualitativas em seus projetos de vida na direção de um aumento relativo em suas autonomias, conforme ponderaremos adiante. Tais questões possuem facetas geográficas importantes, as quais as analisamos tendo por base teórica um recorte próprio da abordagem territorial.

2 | GEOGRAFIA, JUVENTUDE RURAL E GÊNERO: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Ao nos propormos estudar as jovens rurais estudantes da UFFS, estamos em acordo com Muller (2016), no afã de que o fazemos em decorrência também da expectativa, construída pelos movimentos que deram origem a UFFS, de que as ações destas jovens tenderiam a alterar de forma qualitativa a organização local, em especial da agricultura familiar, nas quais estão inseridas, e também de que a universidade seria importante para a construção de projetos de vida e de permanência e, em particular, produzir tensionamentos e o debate crítico necessário.

Na Geografia brasileira ainda são poucos os estudos voltados para temática da juventude rural e do gênero. Aos poucos o interesse pelo tema vem aumentando entre os geógrafos. Quanto à histórica lacuna da Geografia em estudar as questões de gênero, Silva (2003, p. 33) sustenta que

A tradição geográfica em privilegiar aspectos visíveis do espaço, o apego aos dados quantitativos e aos arquivos documentais oficiais, visando atingir a neutralidade científica na geografia convencional e também a abordagem economicista

da perspectiva marxista, relegou a mulher a uma invisibilidade no processo de produção do espaço, já que sustentada nesta visão científica a geografia privilegiou os agentes e as paisagens hegemônicas e, portanto, fundadas na dominação masculina [...].

Consoante Muller (2016) e André (1990), é a partir de 1980 que alguns geógrafos começaram a alertar para introdução das questões de gênero nas pesquisas, procurando evidenciar como a organização social e territorial engloba diferenças entre as mulheres e os homens.

De acordo com Silva (2003), na Geografia norte-americana e europeia, a vitalidade nos debates sobre as relações de gênero e espaço é maior. Nesses estudos, aborda-se

[...] a identidade feminina como sendo um agente importante na compreensão do espaço e também assumem um compromisso de abordar questões de relações de poder e hierarquia que transformam em assimétricos o desenvolvimento sócio-espacial nas relações de gênero (SILVA, 2003, p. 35).

Tais abordagens apreendem a identidade feminina como sendo um agente importante na compreensão do espaço. Assumem, ainda, um compromisso de abordar as relações de poder e hierarquia que transformam em assimétricos o desenvolvimento socioespacial nas relações de gênero (SILVA, 2003).

Da mesma forma, o tema da juventude rural, muito embora um problema latente na atualidade, especialmente na área de abrangência da UFFS, é ainda pouco estudado. Por solicitação do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Weisheimer (2004), pesquisou as produções acadêmicas sobre juventude rural no Brasil, no período compreendido entre 1990 a 2004, considerando a pós-graduação e as publicações em periódicos científicos e de livros. Weisheimer (2004), “mapeou” a publicação de apenas cinquenta trabalhos, produzidos por 36 pesquisadores.

Weisheimer (2004), faz referência a outro estudo, realizado pela pesquisadora Marília Sposito (USP). Sposito (2009), ao pesquisar a produção discente da pós-graduação sobre o tema da juventude, identificou 1.427 trabalhos, defendidos em programas de pós-graduação nas áreas da Educação, Ciências Sociais e Serviço Social. Deste total, a autora apontou que apenas 52 trabalhos diziam respeito aos jovens do meio rural, ou seja, aproximadamente 4% de tudo que se estuda sobre juventude no Brasil se refere aos jovens rurais.

Esta colocação da autora deixa claro o desinteresse dos pesquisadores brasileiros sobre os modos de vida e os dilemas que afetam os jovens do campo. Isso está relacionado com o fato de que vivemos em um país em que o intenso processo de urbanização se estabeleceu com base na migração compulsiva das populações rurais, cujo processo de modernização da agricultura e o formato das “políticas agrárias- agrícolas” (THOMÁZ JÚNIOR, 2005) inviabilizaram a permanência de um quantitativo considerável de agricultores e a conseqüente reprodução de seus modos de vida.

Embora ainda pouco exploradas, compreendemos que há interações

importantes entre gênero, juventude e espaço, as quais podem ser apreendidas pela abordagem territorial geográfica.

3 | DELIMITANDO UMA ABORDAGEM TERRITORIAL PARA O ESTUDO DAS QUESTÕES DE GÊNERO NA GEOGRAFIA

Nossa abordagem sobre o conceito de território está baseada em distintos autores, são eles: Raffestin (1993); Oliveira (1996); Dematteis (2008); Lopes de Souza (2013); e Saquet (2011). Compreendemos o território como um produto histórico-social edificado através dos processos de produção e apropriação do espaço geográfico (RAFFESTIN, 1993). O território, portanto, constituiu-se pela projeção espacial das relações de poder (LOPES DE SOUZA, 2015). Depreende-se, doravante, que sua natureza, portanto, é relacional, cujas dinâmicas de desterritorialização e reterritorialização são contraditórias e permanentes; ainda reafirmamos a multidimensionalidade do território, imbricadamente, econômica, política, cultural e ambiental (SAQUET, 2011). Em Dematteis (2008), nos apropriamos dos conceitos de “territorialidade ativa e passiva”. Por fim, nos baseamos em Oliveira (1996) para apreender, no interior da questão agrária, o processo, denominado pelo autor, de “monopolização do território pelo capital”. Com relação a abordagem territorial, conforme delimitada anteriormente, algumas interfaces podem ser estabelecidas com o tema do gênero, sucintamente:

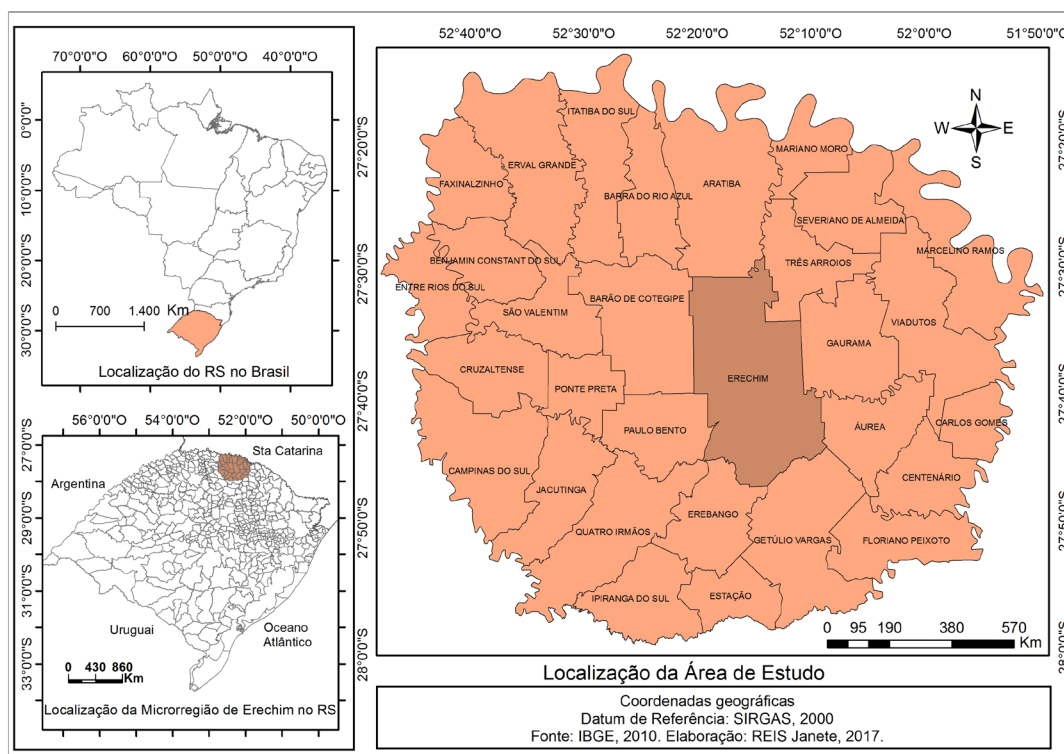
A) Quanto à territorialidade passiva em relação à dimensão econômico-produtiva: com o advento da “modernização” da agricultura se intensificou o processo de “monopolização do território pelo capital” (OLIVEIRA, 2001). Os agricultores familiares, camponeses, ficaram, progressivamente, mais dependentes e subsumidos ao capital (financeiro, industrial e comercial), o qual se expandiu em escala mundial sob a égide do modelo de desenvolvimento do agronegócio. Com isso, acirrou-se as crises econômicas na agricultura familiar pela intensificação da competitividade e o elevado custo de produção. As práticas agrícolas e pecuárias foram metamorfoseadas e reduziu-se significativamente a policultura, historicamente vinculada ao trabalho feminino. Através da “monopolização do território pelo capital”, as unidades de produções foram se especializando. A técnica global e o conhecimento pré-formatado territorializaram-se no bojo das dinâmicas produtivas. Esse fenômeno, atingiu duplamente as mulheres, moldando seus quadros de “territorialidade passiva”: a) pelas dificuldades econômicas que se avolumaram; e b) pela intensificação da hegemonia masculina no campo com as formas “modernas” de produzir e organizar-se socialmente. O espaço doméstico e a horta marginal passaram a circunscrever com mais força a territorialidade feminina. Essas transformações são, concomitantemente, de ordem econômica, política, cultural e ambiental, isto é, são multidimensionais.

As características de determinado modelo agrário/agrícola é uma questão que envolve o conjunto da sociedade, não somente os habitantes do campo. As sucessivas

crises que envolvem a agricultura familiar, por exemplo, implicam, ainda hoje, em um forte êxodo rural e, esta, em uma pressão sobre os “espaços” urbanos em termos econômicos e habitacionais. As dificuldades de reprodução da agricultura familiar tem atingido, com maior veemência, os jovens rurais e, especialmente, as jovens. Esse problema vai de encontro às perspectivas de sucessão na agricultura familiar e, como corolário, a uma indefinição sobre a continuidade dessas formas de vida e de produção no campo, questão que diz respeito, igualmente, aos moradores urbanos. Em outras palavras, os problemas enfrentados pela agricultura familiar e pela juventude rural, incluindo as questões de gênero, atinge a todos como um elemento da “questão agrária” (FERNANDES, 2013).

Para entender as transformações ocorridas no campo brasileiro envolvendo a agricultura familiar (ou camponesa, conforme o autor), Oliveira (2001) expõe seu conceito de “monopolização do território pelo capital”. Para o supracitado autor, o capital avança no campo nos espaços de agricultura familiar de duas formas: 1) através da “territorialização do capital”; e 2) por intermédio da “monopolização do território pelo capital”. O capital para Oliveira (2001) só se territorializa, desterritorializando a agricultura não capitalista, ou seja, a agricultura familiar. 2) Outra forma em que o capital também pode avançar no campo através da “monopolização do território pelo capital” forçando o pequeno produtor a aderir e a se sujeitar ao capital monopolista.

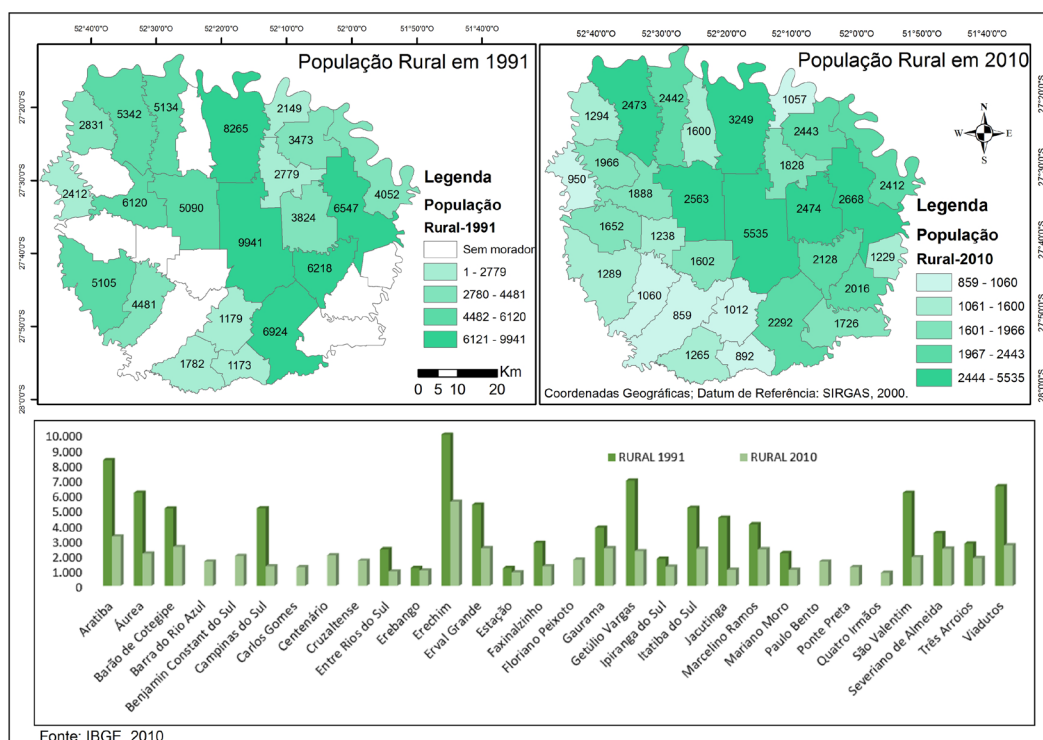
Quanto às questões de gênero, importa destacar que essas transformações deflagradas pela “modernização” da agricultura reafirmou, tecnicamente, a hegemonia masculina. Na agricultura familiar convencional são, geralmente, os pais e os filhos homens, quem desenvolvem as atividades produtivas de interesse comercial.



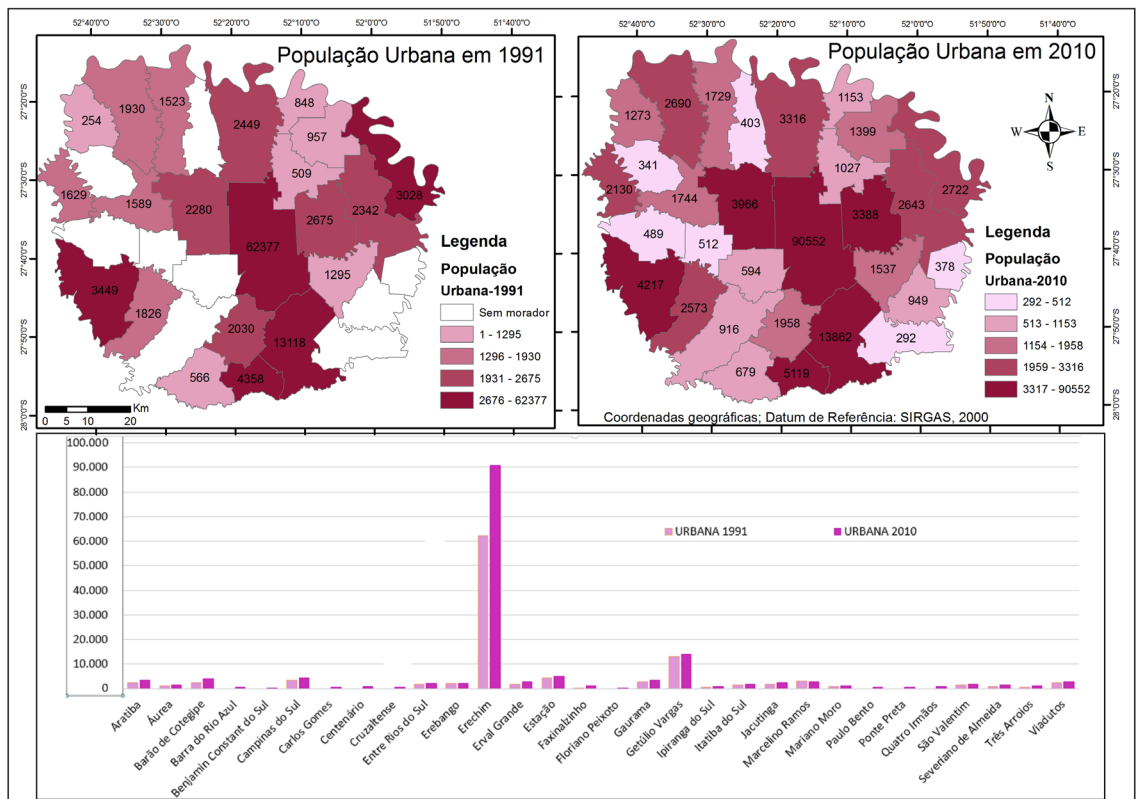
Mapa 01: Municípios que compõem a microrregião de Erechim/RS

Com base em pesquisa realizada na Microrregião de Erechim/RS (Mapa 01), demonstramos que a agricultura familiar tem passado por profundas transformações, incluindo a importante desterritorialização da população rural (Mapa 02 e Mapa 03), levada a cabo pelo acirramento da questão agrária regional. Demonstramos, ainda, que os jovens entre 15 e 29 anos têm migrado em maior intensidade, proporcionalmente, sentindo com mais forças as dificuldades colocadas a eles para a sua reprodução social na referida microrregião. A cidade de Erechim tem sido o destino pretendido de grande parte dessa população rural oriunda dos pequenos municípios da microrregião, pois congrega a maior parte da oferta de empregos na indústria e no setor de serviços da microrregião, além de concentrar a oferta de serviços importantes, incluindo o Ensino Superior público (UFFS, IFRS e UERGS) e privado.

Consoante os dados dos Censos Demográficos do IBGE, entre 1991 e 2010, Erechim foi o único município de sua microrregião a ter acréscimo (em, aproximadamente, 27%) de sua população jovem total. Dos 21 municípios com dados entre os períodos dos Censos Demográficos de 1991 e 2010, 14 perderam sua população jovem total em mais de 30%. A população jovem rural, por seu turno, diminuiu, em média, 62% (21 municípios com dados disponíveis) no mesmo período.



Mapa 02: Evolução da população total rural na microrregião de Erechim (1991 e 2010). Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991 e 2010)



Mapa 03: Evolução da população rural na microrregião de Erechim (1991 e 2010). Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991 e 2010)

B) Quanto à territorialidade das jovens nos estabelecimentos agropecuários: a unidade de produção é, em determinada escala, um território. Nela há “projeção espacial de relações de poder” (LOPES DE SOUZA, 2015), constituindo territorialidades intrafamiliares que ressaltam a hegemonia adulta e masculina, expressas através do adultocentrismo e do patriarcado. O excesso de vigilância dos pais e parentes, o baixo nível de participação nas decisões e a pouca valorização do trabalho feminino tem rebatimento direto nas questões de gênero na agricultura familiar e nas decisões das jovens em evadirem-se. Os problemas do excesso de vigilância e opressão pela cultura do patriarcado, com variações qualitativas, também ocorrem nas escalas da “comunidade” rural e do pequeno município.

Quanto ao nosso recorte espacial de investigação, a microrregião de Erechim, de onde provém 90% das jovens pesquisadas, a condição da juventude rural é produto de aspectos históricos, identitário-cultural e de ordem econômico-produtivo. Seu processo histórico, na primeira metade do século XX, foi marcado por projetos de colonização envolvendo, sobretudo, descendentes de italianos, alemães e poloneses, destacando-se, inicialmente, a formação de pequenos estabelecimentos de agricultura familiar com produção de alimentos básicos, evoluindo, atualmente, para a produção agroindustrial integrada e para a especialização produtiva de grãos.

Em nossa pesquisa contemplamos também perguntas para identificarmos possíveis assimetrias nas relações de gênero presentes nas dimensões do trabalho e da participação política das jovens no âmbito de suas famílias, no momento em que

ainda viviam no campo.

Para 57% das entrevistadas, consoante Gráfico 01, a divisão do trabalho entre homens e mulheres era parcialmente dividida, para 28,5% altamente dividida e 14,2% das entrevistadas consideraram não haver divisões. Em síntese, aproximadamente 86% das respostas sinalizaram ser parcialmente ou altamente dividido o trabalho entre homens e mulheres, corroborando com nossa hipótese inicial, a de que há, efetivamente, papéis produtivos com certo grau de distinção entre os sexos, implicando numa questão de gênero dentro dos estabelecimentos familiares.

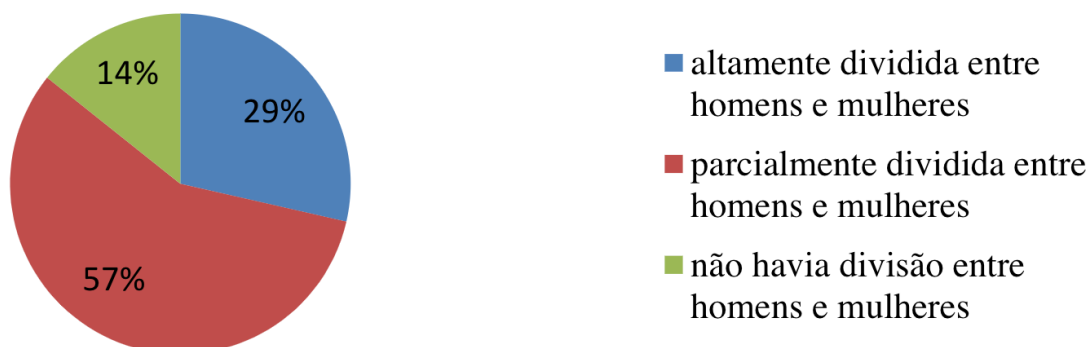


Gráfico 01: Divisão interna do trabalho pela família entre homens e mulheres dentro do estabelecimento agropecuário (percentual). Fonte: Bordulis (2017)

Além das funções produtivas, interrogamos a respeito das outras atividades desenvolvidas pelas jovens nas unidades de produção. As jovens pesquisadas, conforme representado no gráfico 02, assinalaram, em razão de importância, que estudavam, auxiliavam nos afazeres domésticos e cozinhavam quando ainda residiam no espaço rural, pois é uma tarefa executada geralmente pelas mulheres, mães e filhas. Se considerarmos a média de idade em que as jovens migraram, a escolarização no ensino básico é um fator que influi na permanência relativa das jovens nos estabelecimentos. Além de estudar, 22,2% das jovens assinalaram cozinhar no estabelecimento em que residiam e 30% das jovens mencionaram que auxiliavam suas famílias nos afazeres domésticos: estes dois últimos aspectos sinalizam para a divisão sexual do trabalho, algo recorrente nos estabelecimentos de agricultura familiar.

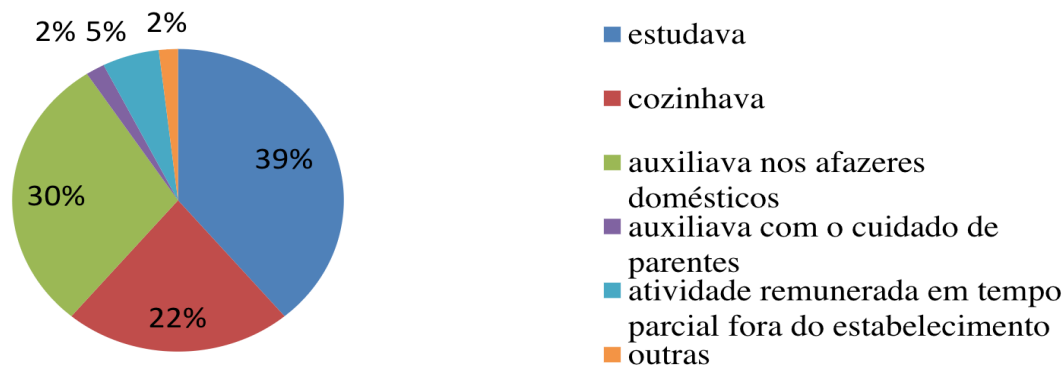


Gráfico 02: Outras atividades desenvolvidas pelas entrevistadas na época em que residiam no estabelecimento agropecuário (percentual). Fonte: Bordulis (2017)

Com relação ao grau de participação das jovens em face da participação dos homens nas decisões e mudanças implementadas nos estabelecimentos agropecuários, conforme consta no Gráfico 03, a maioria das respostas consideraram a participação das jovens “regular” e outras não participavam. O campo de participação “boa” foi identificado com 14% para as jovens e, para os homens, 47%. Trata-se de outro indicador a respeito das implicações das relações de gênero e do adultocentrismo quanto a baixa participação política das jovens nos estabelecimentos agropecuários. Além disso, outra diferença significativa, demonstrada no gráfico, foi o campo “excelente” onde apenas 5% das jovens revelaram ter esse grau de participação dentro da unidade produtiva familiar, enquanto os homens tiveram 38%.

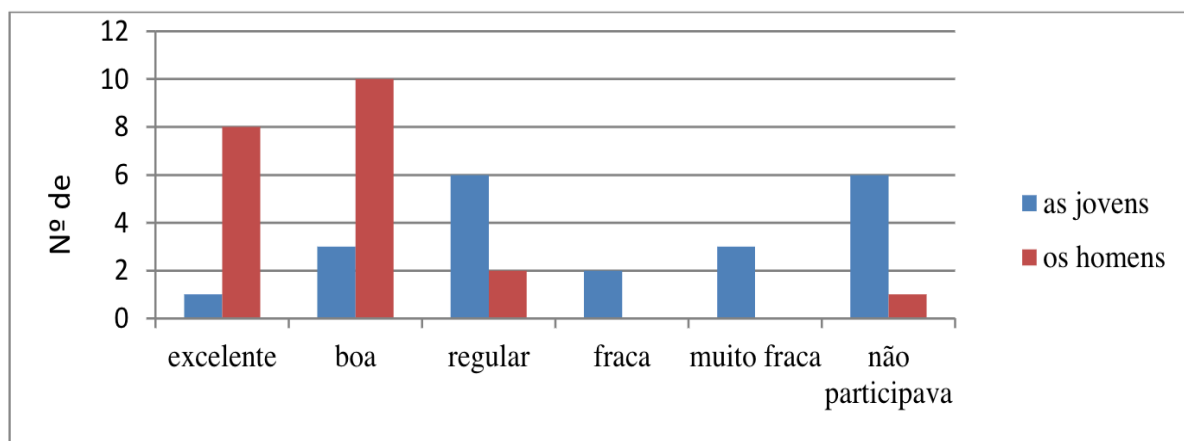


Gráfico 03: Grau de participação das jovens e dos homens nas decisões produtivas que eram implementadas pelas famílias no estabelecimento agropecuário. Fonte: Bordulis (2017)

As assimetrias nas relações de gênero e o adultocentrismo são problemas não menos importantes ao considerarmos o futuro da agricultura familiar. Embora não tenha sido objeto direto de nossa pesquisa, com diferenças qualitativas, cabe ressaltar, ainda, que tais problemas ocorrem também nas escalas da “comunidade” rural e do pequeno município. Nesses espaços, mulheres e jovens convivem com circunstâncias que induzem a condutas de reprodução passiva de suas territorialidades frente a sistemas

culturais “decantados”. Nesse sentido, os conceitos geográficos de territorialidade e de escala geográfica oferecem importantes subsídios aos estudos sobre o gênero, a juventude e o campo.

C) **Quanto à desterritorialização e a reterritorialização:** para as jovens rurais que pesquisamos, foi preciso, necessariamente, haver o rompimento das relações de moradia e de trabalho com seus espaços rurais de origem, para que, fosse possível, elevarem seus níveis de autonomia e ativarem suas territorialidades ao empregarem-se em profissões urbanas e ao ingressarem no ensino superior público. As dificuldades econômicas, a carência de infraestruturas (circulação, comunicação e lazer) e as questões de opressão de gênero foram os principais motivos apontados como fatores repulsivos rurais (gráfico 04).

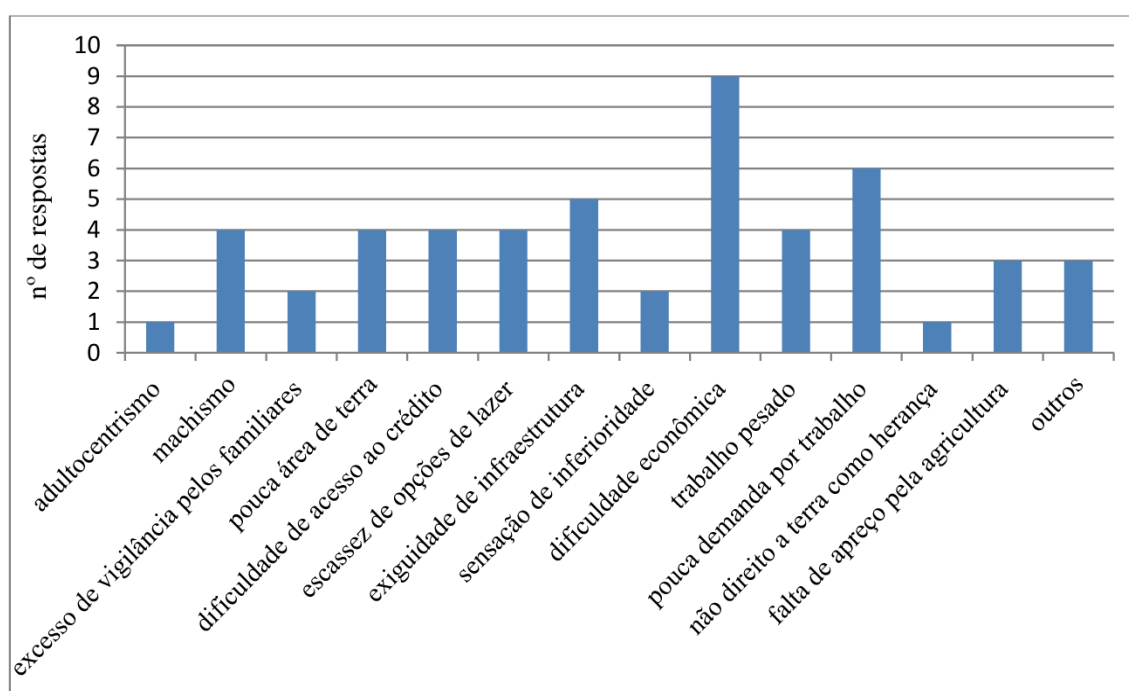


Gráfico 04: fatores repulsivos existentes no campo responsáveis pelas jovens migrarem para a cidade. Fonte: Bordulis (2017)

Quanto aos fatores repulsivos que influenciaram as entrevistadas na decisão de migrarem do campo, há indicações diversas. Em razão de importância, as dificuldades econômicas e a pouca demanda por trabalho foram as principais, seguido exiguidade de infraestrutura (educação, saúde, internet etc) machismo, dificuldade de acesso ao crédito e pouca área de terra, escassez de opções de lazer e trabalho pesado. Contudo, há um reduzido número de respostas pelas entrevistadas, haja vista que poderiam assinalar várias opções. Se avaliarmos as informações do gráfico 04, isso nos leva a crer que embora importantes os fatores repulsivos, são os fatores atrativos da cidade que impacta de fato a decisão das jovens de migrar.

Essa nossa hipótese é corroborada por outro dado: interrogadas a respeito se voltariam a morar no campo e a trabalhar em atividades agropecuárias, 35% das

entrevistadas sinalizaram positivamente, 40% assinalaram negativamente e 25% responderam que não sabiam no momento. Já quanto aos fatores atrativos da cidade, em Erechim/RS, no caso, há um número considerável de respostas para vários campos. O acesso à universidade, a maior oferta de emprego e a obtenção de salário foram preponderantes, seguido dos campos evolução pessoal, proximidade do comércio e dos serviços, maior quantidade de infraestrutura, da diversidade de opções de lazer, acesso a informação e do trabalho mais leve. Em função das respostas, a expectativa de uma ascensão profissional pelo acesso à educação superior e as possibilidades econômicas que a cidade oferece (com tipos mais leves de trabalho em relação ao campo e que gera um salário) para a permanência dessas jovens na universidade são fatores cruciais pela escolha de residirem em Erechim.

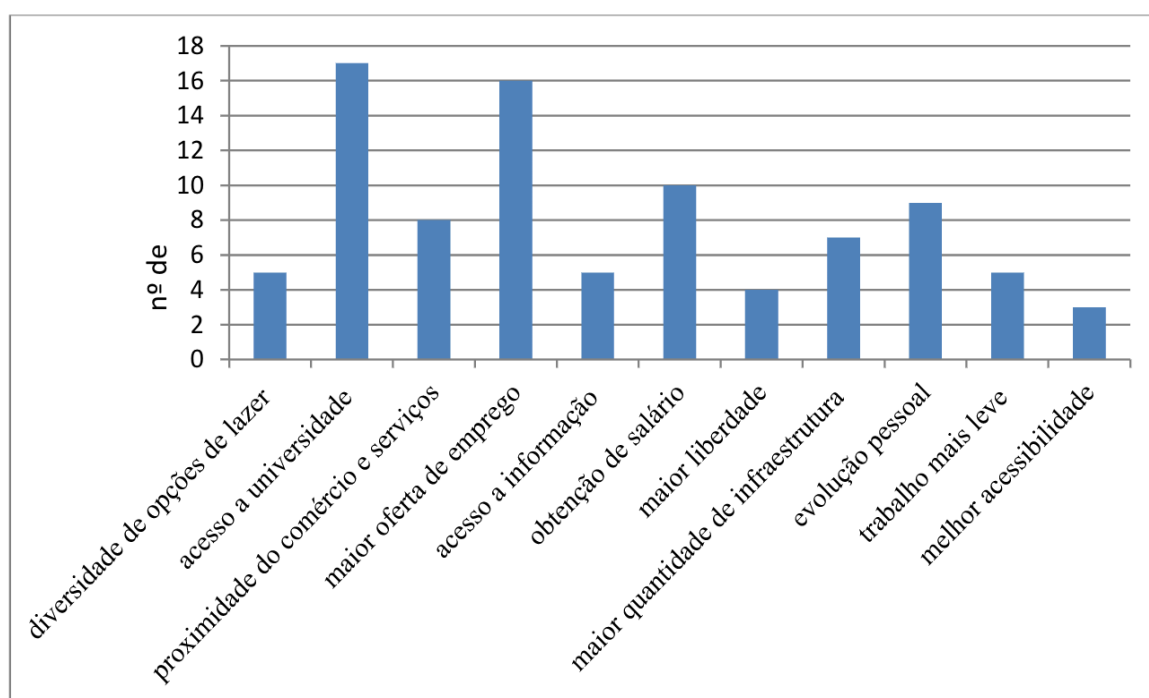


Gráfico 05: fatores atrativos existentes na cidade responsáveis pelas jovens migrarem. Fonte: Bordulis (2017)

Atualmente, 17 jovens das que responderam no questionário, apresentam ter uma atividade geradora de renda no meio urbano e 1 respondeu não ter emprego urbano. Os vínculos empregatícios formais elencados pelas jovens foram: comércio (trabalho em loja, vendas, materiais de construção, secretária, empregada doméstica, jornalista, balconista), outro era serviços (auxiliar na educação infantil, estagiária na prefeitura municipal de Erechim) e outras 2 jovens possuem bolsa de pesquisa e extensão na UFFS, ou seja esse é o trabalho que elas executam, pode ser que possuem ajuda dos pais também. Quanto aos auxílios econômicos 2 jovens responderam ter esse benefício e 5 jovens não possuem. Teve também 3 jovens que não responderam este campo.

Com relação a estrutura demográfica das famílias antes e após as jovens terem

migrado dos estabelecimentos agropecuários. A média de pessoas por família era de 4 e, ao longo do processo migratório que atingiram as jovens (e outros parentes), a média de pessoas por família diminuiu para 1.95, ou seja, a média é menos que duas pessoas por família, então tem casos que nem o casal mora mais no campo, representando uma redução de, aproximadamente, 50% do contingente populacional em âmbito das famílias estudadas. A sucessão na agricultura familiar por parte desse universo está claramente comprometida. Atualmente restam 4 jovens mulheres e 4 jovens homens em âmbito das 21 famílias das jovens estudadas. Igualmente, a redução do contingente de familiares “pais” nos estabelecimentos foi de 34%.

O apoio da família para residirem na cidade é considerado importante para 84% das entrevistadas. Mais especificamente, 18,5% afirmaram ser importante o apoio financeiro, 52% a doação de alimentos, 33% a prática do incentivo psicológico e 5% responderam outras formas de apoio. Neste campo as jovens poderiam assinalar uma ou mais opções. Com a migração das jovens as relações com o campo ainda continua, ou seja, não há um rompimento definitivo na territorialidade rural. Com relação a intenção das jovens voltarem a residir e a trabalhar em atividades agropecuárias, 7 jovens responderam que voltariam, 8 não voltariam e 5 não sabem no momento.

Evidenciamos, através desta pesquisa com as estudantes dos cursos de licenciatura noturno da UFFS campus/Erechim que a questão de gênero não responde isoladamente e nem é o principal fator repulsivo do contexto de migração das jovens rurais no campo. O principal fator repulsivo elencado pelas jovens foi as dificuldades econômicas em que as jovens e suas famílias viviam, pois em pouca área de terra (43% dos estabelecimentos possuíam até 10 hectares, dos quais 28% possuíam até 5 hectares. O menor estabelecimento e o maior, respectivamente, continham 2 e 60 hectares) a família produzia, em grande medida, grãos, em áreas parcialmente mecanizáveis e ainda dependiam de maquinários alugados para realizar as práticas produtivas. Nessas condições mencionadas acima, a produção convencional de grãos se torna inapropriada.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poderíamos supor que se houvesse viabilidade econômica nos estabelecimentos agropecuários as jovens tenderiam a permanecer no meio rural, mesmo sopesando as questões de gênero. Muito embora as questões econômicas tenham peso muito importante, a migração das jovens é um fenômeno multifatorial que requer atenção para necessidade de mudanças em distintos domínios, sejam eles: 1) na educação; 2) nas relações sociais internas da família; 3) em mudanças nas dinâmicas produtivas, 4) na infraestrutura de circulação e comunicação de serviços etc.

Diante disso é possível evidenciarmos como é geográfico esses temas e importante considerar as questões espaciais. As jovens saem do campo de um

quadro de territorialidade passiva e migram para a cidade a fim de ativar as suas territorialidades, através dos recursos territoriais urbanos e os processos de desterritorialização e reterritorialização eles são motivados pela busca dessas ativações de territorialidades, ou seja pela possibilidade de ingressar e formarem-se em nível superior, o vínculo empregatício, a questão da renda, a maior densidade de infraestrutura e serviços.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, I. M. O gênero em geografia: introdução de um novo tema. Finisterra, Lisboa, v. 25, n. 50, p. 334-348, 1990. Disponível em: < <http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1924/1601>> Acesso em: 07 jan. 2015.

BORDULIS, D.C. **A desterritorialização das jovens rurais: um olhar para as estudantes dos cursos de licenciatura campus/Erechim.** (Trabalho de conclusão de curso) pela Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Erechim/ RS: Erechim, 2017.

DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A. F., CARRIJO, B. R., CANDIOTTO, L. Z. P [Org.]. **Desenvolvimento territorial e agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 33-46.

FERNANDES, B.M. **Construindo um estilo de pensamento na Questão Agrária: o debate paradigmático e o conhecimento Geográfico.** Tese (livre-docência em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. - Presidente Prudente: 2013.

MULLER, Merce Paula. **As jovens rurais e as perspectivas de permanência no espaço rural: um estudo de caso no campus Realeza da Universidade Federal da Fronteira Sul.** Francisco Beltrão, PR, 2016, 158 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

OLIVEIRA, A. U. de. **A Agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, J. M. **Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica.** *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, Verão, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2167/1647>>. Acesso em: 09 out. 2013.

SPOSITO, Marília. **A Pesquisa sobre Jovens na Pós--Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais** (1999 – 2006).

SOUZA, M.L de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 2ªed. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2015.

THOMAZ JÚNIOR, A. Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JR., A.; CARVALHAL, M. D., CARVALHAL, T. B. (Orgs.). **Geografia e Trabalho no Século XXI**, Volume II. Presidente Prudente, p.130-167, 2006.

WEISHEIMER, N. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no Bairro de Escadinhas, Feliz/RS.** Porto Alegre, 2004. 215 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/4585>>. Acesso em: 10 out. 2013.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-439-9

